

Constituição não deverá incluir criação de Conselho

Das sucursais de Brasília e do Rio

A proposta de criação do Conselho Nacional de Comunicação está perdendo fôlego no Congresso constituinte. Parlamentares de esquerda, que defendem essa tese, já admitem que o conselho passa pela Comissão de Sistematização, mas não pelo plenário do Congresso constituinte. Seu fim, no entanto, servirá para o que os "progressistas" chamam de "uma boa causa": trocá-lo pela garantia de aprovação do monopólio estatal das telecomunicações — combatido por um grupo liderado pela deputada Rita Furtado (PFL-RO), de direita (segundo levantamento da Folha publicado, no dia 19 de janeiro, no caderno "Os Eleitos"), que já tentou derrubá-lo uma vez.

O conselho quase teve seu fim acertado, nas tentativas de negociação entre "progressistas" e "conservadores", durante a reunião final da Comissão da Família, Educação, Cultura, Esportes, Ciência e Tecnologia e Comunicação. Os "progressistas" articularam retirar a proposta do conselho do anteprojeto do relator, deputado Artur da Távola (PMDB-RJ), centro-esquerda, em troca do apoio à aprovação do monopólio estatal na área das telecomunicações. Os "conservadores", que tinham folgada maioria, se dividiram. O grupo ligado à Abert (Associação Brasileira das Emissoras de Rádio e Televisão), representado em plenário por constituintes donos de concessões, concordou com a troca e rachou o bloco "conservador" de Rita Furtado (mulher do secretário-geral do Ministério das Comunicações, Rômulo Furtado).

"Afora o monopólio do petróleo, não apoiaremos monopólio em nenhum outro setor", avisou, na última quinta-feira, a deputada, acrescentando ter ao seu lado um grupo de trezentos constituintes, todos parlamentares "conservadores" de diversos partidos. "Defenderemos propostas anti-estatizantes e de valorização da iniciativa privada", afirmou ela. Embora o ministro das Comunicações, Antônio Carlos Magalhães, garantisse à Folha que é "a favor do monopólio para as telecomunicações", a deputada é acusada de representar os interesses do ministro.

Contra um e outro, ela diz: "Não podemos correr o risco de amarrar na Constituição o que só o futuro nos mostrará". Mas, especialmente de olho no monopólio para as telecomunicações, Rita Furtado diz que "preparar armadilhas para impedir a iniciativa privada de entrar no mercado é condenar o país a não se desenvolver". Segundo ela, seu grupo ainda traça linhas para negociar o que for possível e para recorrer ao voto, em último caso.

"O clima mudou"

Convocado para ser o relator informal do capítulo reservado à Comunicação na proposta do "grupo do consenso" — um dos três blocos suprapartidários que se formou na Constituinte para negociar os pontos polêmicos da nova Carta —, o deputado Antônio Brito (PMDB-RS), centro-esquerda, já conversa com os demais grupos na busca de um texto comum. Sua fórmula é imprimir na Constituição apenas os princípios fundamentais sobre o tema, adiando os debates mais picantes para definição em lei ordinária. "O clima mudou. Todos chegaram à conclusão de que a negociação é indispensável. Nas subcomissões e comissões estavam em campo os interessados diretos. Agora, não", diz Brito, sem revelar, porém, se o bloco suprapartidário que representa considera o conselho um ponto fundamental. "Seria entregar o ouro aos bandidos", defende-se, embora qualifique como básico o monopólio para as telecomunicações.

"O conselho deverá passar pela Sistematização e, no plenário, servir como boi-de-piranhã para a aprovação do monopólio", prevê um parlamentar ligado ao grupo peemedebista de esquerda MUP (Movimento de Unidade Progressista), que apóia o "grupo do consenso". O certo é que o grupo alinhado com a deputada Rita

Furtado corre o mesmo risco que acabou por fulminá-lo na votação da Comissão da Família, Educação, Cultura, Esportes, Ciência e Tecnologia e Comunicação, quando se dividiu em duas facções.

"Não há o que negociar enquanto o conselho estiver impresso num anteprojeto", afirma o deputado Mendes Ribeiro (PMDB-RS), centro-esquerda, ligado à RBS (Rede de Brasil-Sul) — grupo empresarial com interesses no setor e filiado à Abert. Mendes Ribeiro foi um dos principais negociadores dos "conservadores" que tentavam alinhar um acordo com os "progressistas" para aprovar o anteprojeto de Távola. Seu grupo fechou com os "progressistas", mas foi abalroado por Rita Furtado. O próprio Mendes Ribeiro foi escalado para dar aos "progressistas" a notícia de que o acordo naufragara. Na ocasião, o deputado Carlos Alberto Caó (PDT-RJ), esquerda, convocado pelos "progressistas" para negociar por eles, disse à Folha que um telefonema do ministro Antônio Carlos Magalhães pôs um ponto final nas conversações. Depois, Magalhães admitiu que "como ministro das Comunicações, posso e devo colaborar com os colegas", mas não disse se dera o telefonema final.

"Esvaziou"

O conselho que agora está em debate "se esvaziou", afirmam os "progressistas". O original tinha a tarefa de "vedar a concentração da propriedade dos meios de comunicação", dar "prioridade a entidades educativas, comunitárias, sindicais e outras sem fins lucrativos na concessão de canais e exploração de serviços", "outorgar e renovar, ad referendum do Congresso Nacional, autorizações e concessões para exploração de serviços de radiodifusão e transmissão de voz, imagens e dados" e "decidir e fixar tarifas cobradas aos concessionários", entre outras atribuições.

Mas os "conservadores" não o querem, mesmo que a palavra final — o "ad referendum" — seja dado pelo Congresso. O deputado Mendes Ribeiro (PMDB-RS), usando a linguagem comum entre os que são contra o Conselho, argumenta: "Tais conselhos são eventuais, sectários, distorcidos e não são mais representativos do que o Congresso Nacional". Sua sugestão é que o Executivo proponha as concessões de rádio e TV, o Legislativo conceda e o Judiciário tenha o poder de cassá-las. Pelo projeto inicial, redigido por Cristina, o Legislativo poderia cassar concessões, por sugestão do Conselho. Pelo Projeto Cabral, cassação é assunto para a lei ordinária.

"Eles não aprovam o Conselho porque sabem que suas propostas para novas concessões seriam corretas, suas sugestões para cassações seriam acertadas e seu trabalho teria um peso moral muito importante na decisão do Congresso", contra-argumenta um dos dirigentes da Associação dos Empregados da Embratel, o técnico senior Carlos Hetzel. Ele diz, por exemplo, que "o Conselho jamais proporia ao Congresso a autorização de concessões para mais de duzentos parlamentares constituintes, como o fez o ministro das Comunicações, Antônio Carlos Magalhães, nos últimos meses".

"Até denunciaríamos", arremata o dirigente, que se diz baseado numa lista de concessões que o ministro teria concedido nos últimos meses, preparada pela Associação dos Empregados da Embratel.

O certo é que como está não vai ficar. Se o Conselho não passar, as concessões passarão a ser aprovadas pelo Congresso. O Executivo só fará as propostas. "Atualmente, nenhuma emissora é independente, na medida que, de dez em dez anos, tem que voltar ao governo para renovar sua concessão", diz Mendes Ribeiro. "Se um empresário se sujeita a passar a vida do lado do governo, terá uma concessão eterna", completa o deputado José Elia. (PFL-RO), aliado de Rita Furtado. Mas as aprovações de novas concessões não podem passar a ser mais uma arma no poder de barganha do Congresso? Mendes Ribeiro admite que sim, mas defen-



Anteprojeto de Cabral minimiza as tarefas do Conselho

Idealizado pelos "progressistas" — em proposta assinada pela deputada Cristina Tavares (PMDB-PE), esquerda, relatora da Subcomissão de Ciência, Tecnologia e Comunicação — para ser um colegiado formado por entidades culturais, educativas, comunitárias e sindicais e pelos poderes Executivo e Legislativo, com o objetivo de outorgar e renovar concessões de rádio e TV, o Conselho Nacional de Comunicação teve sua tarefa reduzida a quatro linhas no anteprojeto do relator da Comissão de Sistematização, deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), centro.

"Corremos o risco de ter um conselho apenas figurativo", afirma o presidente da Federação Nacional dos Jornalistas, Armando Rollemberg, que mandou ao Congresso constituinte, na última quinta-feira, uma proposta de emenda de iniciativa popular assinada por 110 mil pessoas, com o objetivo de ressuscitar o conselho imaginado por Cristina Tavares. O projeto não passou pela

QUEM GANHA E QUEM PERDE COM O CONSELHO DE COMUNICAÇÃO	
Quem ganha	Quem perde
Entidades educativas, culturais, comunitárias e sindicais, como a Federação Nacional dos Jornalistas ou a Federação Inter estadual dos Trabalhadores nas Telecomunicações, que pela primeira vez teriam assento num organismo com forte influência nas concessões de rádio e TV	<ol style="list-style-type: none"> 1. As emissoras, representadas pela Associação Brasileira das Emissoras de Rádio e Televisão (Abert), que teriam os pedidos de concessão controlados pelas entidades do Conselho 2. O presidente da República, porque não terá mais o poder de barganha para distribuir canais nacionais e regionais 3. O ministro das Comunicações, que não terá mais como distribuir canais locais

Subcomissão da Ciência, Tecnologia e das Comunicações, da qual Cristina foi a relatora, mas o relator da comissão encarregada de avaliar o tema, deputado Artur da Távola, incluiu o organismo em seu anteprojeto. Este, por sua vez, acabou não indo para a Comissão de Sistematização simplesmente porque não foi votado.

O fogo cruzado disparado por "progressistas" e "conservadores",

que atingiu Távola, chegou também até Cabral. Ele praticamente copiou o trabalho de Távola, que reduziu originalmente as tarefas do conselho a quatro linhas, para tentar aprová-lo. Mas Cabral, como aconteceu com Távola, enfrenta as críticas dos "progressistas", que desejam ver aprovado o conselho conforme a proposta de Cristina, e dos "conservadores", que não o querem de forma alguma.

O anteprojeto de Cabral diz apenas que "competem ao Executivo, ad referendum do Congresso Nacional, ouvido o Conselho Nacional de Comunicação, outorgar concessões", e informa que a "lei disporá sobre a criação, composição e competência" do conselho — isto é, joga o debate para o futuro. O texto de Cristina Tavares já o criava, mostrava sua composição e informava qual a sua competência.

Na Europa, legislação está mudando

Da Redação da Folha

Há dois modelos básicos de legislação sobre a concessão de canais de rádio e TV: o norte-americano e o europeu. Nos Estados Unidos, as emissoras são exploradas por empresas privadas, cabendo ao Estado uma função basicamente normativa, no sentido de impedir a superposição de transmissões em uma mesma frequência. A Comissão Federal de Comunicação (FCC, do nome em inglês) é o órgão governamental encarregado de conceder canais de rádio e TV e de renovar concessões. Os concorrentes a um canal devem obedecer aos 25 critérios da FCC — como experiência na área de co-

municação, projetos de programação e capacitação técnica. A atuação do órgão, porém, é liberal. Por isso, uma concessão dificilmente deixa de ser renovada. Isso quase só acontece quando uma emissora infringe normas técnicas.

Já a tradição européia é a do monopólio estatal. Aos poucos, porém, o uso exclusivo dos canais de rádio e TV pelo Estado vem sendo quebrado pelo florescimento, desde a última década, das emissoras piratas, num fenômeno que se espalha pelo continente. Em países como a França e a Itália, a realidade dessas emissoras operadas clandestinamente obrigou à criação de uma nova legislação, que as legalizou.

Telecomunicações gera polêmica

Antes de 1964 o sistema de telecomunicações do país era operado por grandes companhias privadas, entre as quais a norte-americana Western, e o resultado é que telefonemas de São Paulo para Manaus, por exemplo, podiam levar uma semana inteira para se conseguir. Motivo: as empresas só operavam onde o lucro era certo, como no eixo Rio-São Paulo. A CTBC, a única companhia privada que ainda opera fora do sistema Telebrás, porque a concessão que ganhara antes de 1964 ainda persiste, não operava DDD (Disca-gem Direta a Distância) até 1975, quando a Embratel já ligava todas as cidades na margem da rodovia Belém-Brasília ao resto do Brasil.

As companhias privadas estão de olho no "filé mignon" das telecomunicações. No setor de telefonia, por exemplo, tais empresas querem operar os sistemas DDD e DDI (Disca-gem Direta Internacional), porque são sistemas levados por ondas eletromagnéticas para os quais, praticamente, basta um investimento inicial. O resto é rendimento, porque nem dinheiro em manutenção de redes eles precisam gastar. O que querem deixar para o governo é os serviços locais, de alto custo de manutenção, porque é operado com cabos por baixo da terra e fios pelos postes. O déficit que o governo tem com o serviço local que presta é pago pelos sistemas eletromagnéticos.

de: "ao sabor de maiorias eventuais sempre será, mas quem dirá quais são essas maiorias será o povo".

"O que está em debate na Constituinte é a iniciativa privada versus a estatização da economia, que nada fez até agora senão gerar um enorme déficit público que nos sufoca com uma inflação de igual tamanho", diz a deputada Rita Furtado. O deputado Antônio Brito vê outro embate: "o que está em jogo é o domínio das novas tecnologias que se renovam a cada dia, como as telecomunicações por satélite, o teleprocessamento de dados, a TV a cabo. O futuro".

Emissoras de TV

A divisão de divulgação da TV Globo, com sede no Rio, informou que a emissora não iria se pronunciar sobre a criação do Conselho. O mesmo aconteceu na TV Manchete: a informação da assessoria de divulgação é de que a única pessoa que poderia falar sobre a questão, o diretor-geral Rubens Furtado, está de férias "em local ignorado".

A preocupação da nova diretoria do Sindicato dos Jornalistas do Rio de Janeiro, que tomou posse anteontem, é de que a criação do Conselho Nacional de Comunicação — órgão que ficaria responsável pela regulamentação das concessões para rádio e televisão — seja discutida no Congresso constituinte. De acordo com Fernando Paulino, 31, diretor do sindicato "até agora não há garantia de que isso aconteça, pois a emenda popular que pretendemos apresentar ainda não conseguiu as 30 mil assinaturas".

A emenda popular apresentada pela Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj), Federação das Associações dos Servidores das Universidades Brasileiras (Fasubra) e as centrais sindicais CUT e CGT, entre outras entidades, prevê a criação de um conselho formado por quinze brasileiros natos: dois representantes de empresários do setor de comunicação, cinco representantes de entidades profissionais ligadas ao setor, um representante de instituições universitárias e sete representantes de entidades populares.